

PROFISSIONAL DE APOIO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Sarah Lopes da Silva

Resumo: Este relato tem como objetivo expor a experiência do profissional de apoio escolar com crianças da rede pública do município de Maceió, além de trazer a vivência do ponto de vista do profissional, traz também os resultados obtidos mediante a longa jornada de acompanhamento e suporte a essas crianças, métodos para a conquista desses efeitos e reflexões de como pode ser e o que pode interferir, ou intensificar o trabalho realizado por um profissional de apoio. Além de apresentar conceitos e explicações de termos utilizados nessa área para a melhor compreensão, tanto da linguagem usada como também o papel deste profissional que se torna cada vez mais presente em escolas de todo o Brasil.

Palavras-chave: Práticas educativas, Apoio psicopedagógico, desenvolvimento infantil.

Introdução

A psicologia se faz presente nas mais diversas áreas do cotidiano das pessoas, até mesmo onde não se imaginaria. O ambiente escolar, com certeza, não estaria isento da participação da psicologia, seja com os próprios profissionais dessa área, psicopedagogos ou os profissionais de apoio, esse último citado tem ganhado cada vez mais espaço, tanto nas instituições públicas, quanto nas instituições particulares, tendo o foco em o indivíduo que está inserido no que chamamos de Educação Especial, que é voltada para os que portam deficiências físicas, ou outras necessidades educacionais tais como: transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação (BRASIL, 2008), aprovada e assegurada pela lei Nº 13.146, mais precisamente, no capítulo IV, Art. 27:

A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem. Parágrafo único. É dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação. (BRASÍLIA, 2015, p. 12)

O profissional de apoio escolar é um componente importante na dinâmica dos ambientes escolares, dentro e fora das salas, embora, em alguns casos, não seja obrigatório ser formado em cursos que giram em torno desse assunto, é recomendável que o indicado a ocupar esse cargo tenha pelo menos um pouco de conhecimento na área, pedagógica ou psicológica. É nesse momento onde são recrutados estagiários, geralmente graduandos dos cursos de pedagogia e psicologia.

Esse relato vai discorrer sobre a minha experiência como profissional de apoio escolar, tendo como objetivo principal acompanhar crianças da pré-escola, além de adquirir experiências profissionais na área da educação especial, do desenvolvimento infantil e da psicologia escolar, tendo consciência de que as vivências obtidas durante os períodos da graduação me ajudariam nesse processo, mas, que novos conhecimentos me seriam agregados conforme o tempo fosse sendo passado.

Fundamentação Teórica

De acordo com uma pesquisa realizada pelo UNICEF, no ano de 2021, quase 240 milhões de crianças, espalhadas entre os 42 países, onde foram coletadas as informações, tem alguma deficiência, onde uma a cada 10 vive algum tipo de privação em áreas como a saúde, proteção e educação, o que torna a infância e a vida dessas crianças um desafio se comparada com a vida de crianças que não portam nenhuma deficiência.

A mesma pesquisa também levou em consideração onde essas crianças vivem, a deficiência que portem e até mesmo qual e quanto de acesso aos serviços pesquisados elas tem, além de levar em conta o tipo de deficiência. Embora a experiência seja individual para cada uma, existem empecilhos que se fazem presente na rotina de todas. A dificuldade e até mesmo a não participação na área da educação foi um indicador com probabilidades negativas.

“42% menos probabilidade de ter habilidades básicas de leitura e numeramento, [...] 49% mais probabilidade de nunca ter frequentado a escola, 47% mais probabilidade de estar fora do ensino fundamental I, 33% mais probabilidade de estar fora do ensino fundamental II e 27% mais probabilidade de estar fora do ensino médio.” (UNICEFF, 2021)

Pensando também nos indicativos socioemocionais que envolvem a exclusão e discriminação das mesmas e geram a infelicidade e até mesmo outras dificuldades a serem enfrentadas, como depressão e ansiedade, a luta para que educação de qualidade fosse ofertada para esse grupo em escolas regulares, da rede pública e privada no Brasil tem início.

Nas primeiras décadas do século XX já estavam sendo implementadas instituições e institutos que visavam a pessoas com deficiência e davam prioridade as suas necessidades. No ano de 1961 foi fundamentada a Lei nº 4.024/61, assegurando o direito a educação, porém não era proveitoso, já que não atendia as necessidades das pessoas inseridas no grupo. Com isso foram sendo criados projetos e leis que cada vez mais priorizavam e melhoravam, em teoria, a educação para pessoas com deficiência físicas e mentais.

A criação do atendimento educacional especializado (AEE) da sala de recursos multifuncional, viria um professor formado na educação especial para trabalhar com os professores do ensino regular. O profissional de apoio escolar veio como um recurso para o auxílio mais individualizado, auxiliando o processo de inclusão nas escolas, usando a Educação especial, que pode ser definida como:

[...] a modalidade de ensino que se caracteriza por um conjunto de recursos e serviços educacionais especiais organizados para apoiar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação formal dos educandos que apresentem necessidades educacionais muito diferentes das da maioria das crianças e jovens. (MAZZOTTA, 1999, p. 11)

Perpassando por muitas nomenclaturas, esse profissional não precisaria da formação especializada na educação especial, como professora na sala de recurso, ele poderia ser contratado como um estagiário, para ofertar o suporte e apoio a pessoas com deficiência. A deficiência pode ser definida como:

“[...] toda restrição física, intelectual ou sensorial, de natureza permanente ou transitória, que limita a capacidade de exercer uma ou mais atividades essenciais da vida diária e/ou atividades remuneradas, causada ou agravada pelo ambiente econômico e social, dificultando sua inclusão social.” (Brasil, 2015)

As funções desses profissionais são abrangente e podem variar de acordo com a vaga ofertada, mas geralmente, as funções exercidas giram em torno do auxílio nos cuidados básicos de higiene, locomoção, que visam o auxílio do indivíduo com deficiência no deslocamento de um local para o outro, por exemplo, alimentação, atividades pedagógicas ou qualquer atividade escolar que for necessária sua atuação. No entanto, de acordo com o projeto de Lei 4050/23, o profissional de apoio escolar “não interfere em técnicas ou procedimentos identificados com profissões legalmente estabelecidas, como médicos ou enfermeiros.” Além de também combater situações de discriminação, o profissional deve manter sigilo sobre os fatos de que tenha conhecimento em virtude do exercício de sua atividade.

O profissional de apoio escolar segundo Lopes (2018, p.9) é um personagem pode constituir um apoio importante para viabilizar o processo de inclusão escolar de estudantes que requerem esse tipo de apoio.

Mas para que os resultados de melhoria sejam alcançados é importante que todos estejam envolvidos nesse processo, tanto na parte pedagógica, que cabe a escola, gestão, professores e o profissional de apoio, quanto no ambiente de casa, que cabe aos pais ou aos responsáveis, como diz no Art. 2 da Lei 9.394/96:

A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (Brasil, 1996)

Apoio escolar e o indivíduo além da atipicidade

Contando com a equipe do Centro Municipal de Educação Infantil da capital de Alagoas, Maceió, que envolve a gestão e a coordenação e com a equipe montada dentro de cada espaço de convivência, sendo a educadora de referência e a educadora de apoio, comecei o meu período como profissional de apoio no início de novembro do ano de 2023, e continuo nas minhas atribuições até o presente período de dezembro do ano de 2024, um pouco mais de um ano de convivência com as crianças que fazem parte da modalidade da educação especial.

Durante os primeiros dias de adaptação houve uma certa resistência de uma das crianças para comigo, as barreiras, que a própria criança levantava contra mim, me impedia de me aproximar, às vezes, até mesmo de maneira literal, já que em determinados momentos, a criança construía essa ‘muralha’ com cadeiras ou brinquedos para impedir-me de chegar perto, sempre rejeitava aos meus pedidos ou qualquer tipo de interação, conseqüentemente não gerava-se nenhuma oportunidade de criar laços afetivos ou qualquer tipo de relação que envolvesse confiança e empatia entre nós dois.

Diferente da segunda criança que desde os primeiros instantes de contato foi muito receptiva e simpática comigo, fazendo questão de me envolver nas brincadeiras criadas por ela, fazendo com que eu criasse não só laços com ela, mas com a maioria das crianças do espaço de convivência, mesmo ela não tendo tanto contato com os seus colegas de espaço, por ser tão carismática, as crianças ao seu redor, vendo que, para ela, eu era alguém de confiança, acabaram confiando também, embora ela mesma não tivesse tanto contato com os demais do espaço.

Como minha chegada foi no final do ano, meu foco foi observar e entender quais eram as necessidades que precisariam ser supridas no ano seguinte, com mais tempo de convívio e me aproximar ao máximo dos dois, para que o processo de intervenção fosse o mais confortável e natural possível. Não queria ser apenas mais uma figura de autoridade que impõe ordens para que as crianças ajam de acordo com o que a sociedade considera normal, queria ser alguém em quem eles pudessem ter um apoio, alguém que tentasse ver as situações de um outro ponto de vista, sem ignorar o fato de que crianças atípicas precisam de certos hábitos, mas sem esquecer que também são crianças, tem suas necessidades e de acordo com o desenvolvimento, tem suas fases também e entender e respeitá-las é o melhor caminho para que os comportamentos disfuncionais diminuam e os funcionais aumentem, não só pelo que é socialmente aceito, mas como forma de cuidado da integridade física e mental das crianças.

Com a utilização da escuta ativa, recurso muito aplicado dentro da psicologia, e a observação do cotidiano dentro do espaço de convivência, pude perceber os gostos e os comportamentos que tendiam a se repetir mediante a determinadas situações, aprender a lidar com duas crianças quase que completamente opostas foi um pouco desafiante no início, mas conforme o tempo vai se passando, foi possível perceber as

similaridades e destacar ainda mais as diferenças, as duas crianças gostavam muito de propostas que envolviam o movimento, correr, pular, liberar a energia do corpo, mas, cada um tinha sua preferência com relação a propostas que o foco não era a movimentação, uma tinha mais facilidade que a outra de se manter concentrada por muito tempo que a outra, características que iam sendo notadas individualmente.

Mas como trabalhar quase as mesmas demandas em personalidades e trejeitos diferentes? Seguir a personalidade e preferência de cada criança foi o que funcionou bastante para mim. Aprendi os gostos delas e me aproximei por eles, usei suas brincadeiras e brinquedos favoritos para reforçar comportamentos positivos, me adaptei a cada um, para que eles não precisassem passar por um processo doloroso de moldagem e exclusão de sua personalidade e inclinação.

Se uma das crianças gostava de quebra-cabeças, dava preferência em usar esse brinquedo, nisso eu poderia trabalhar a sua associação de imagens, sua resolução de problemas ou sua maneira de reagir a frustrações. Se as crianças gostam dos blocos de montar, usei para trabalhar sua criatividade para desenvolver novos brinquedos através dos blocos, cores, formas, tudo que pudesse desenvolver e trabalhar a cognição de cada um, além de ampliar as habilidades motoras finas, no ato de encaixar e desencaixar as peças e a atenção concentrada, função cerebral importante para a integração mental e é reconhecida como o pré-requisito mais relevante para a manifestação do intelecto e da capacidade de reflexão (BELLINI, 2016), que seria o foco, sem forçá-las a fazer algo em que elas não tinham interesse nenhum.

Resultados

Conforme o ano se decorreu, os resultados obtidos foram positivos e promissores, o trabalho realizado não só por mim, mas em conjunto com toda a equipe do CMEI (Centro Municipal de Educação Infantil), tanto das educadoras, de referência e de apoio, dentro do espaço de convivência e da coordenação, impactou positivamente os comportamentos das crianças que receberam o apoio escolar.

As crianças conseguiram evoluir, emocional e mentalmente, sem apagar os traços de suas personalidades, seguindo e respeitando o curso natural de seu

desenvolvimento. As brincadeiras foram reforçando a todo momento que, apesar de tudo, ainda são crianças, e que não precisam lidar com as situações de maneira adulta, como muito se espera de crianças, ou robótica.

Obviamente houve momentos em que foi árduo e cansativo, muitas vezes era complexo e muitas outras parecia ser ineficaz, nem sempre é simples lidar com crianças cuja cognição é rígida, mas é um trabalho contínuo, onde a repetição é uma das maiores aliadas para a fixação do que está sendo passado para elas.

A participação da família e o suporte psicológico fora do ambiente escolar são elementos essenciais nesse processo. É importante frisar que, se a criança é estimulada dentro do seu próprio lar, pelos seus responsáveis e tem o acompanhamento especializado, algum tipo de terapia, é mais eficaz do que só o PAE (Profissional de Apoio Escolar). Muitos dos resultados obtidos foram reforçados fora do CMEI, como também, resultados não foram como esperado porque não foi devidamente incentivado nos outros âmbitos do cotidiano da criança.

Conclusão

Desta forma, é possível pontuar que o profissional de apoio escolar é de suma importância para o desenvolvimento educacional e infantil da criança, auxiliando em diversas áreas do desenvolvimento, porém, os resultados podem e vão ser influenciados pelas variáveis de fora, ou seja, questões familiares e sociais também estão envolvidas, logo, os resultados podem pender mais para o lado positivo, quando as crianças conseguem realizar tudo o que foi proposto, pois além das educadoras, existe uma rede de apoio para essa criança, como também de forma negativa, quando não há reforço do que está sendo trabalhado, ou reforçando algo totalmente diferente do que está sendo trabalhado dentro do espaço de convivência.

Por fim, gostaria de salientar que a experiência vivida durante esse período não impactou somente as crianças, mas também a mim, que pude ver e vivenciar a teoria aprendida na faculdade na prática. Vivência essa que vai influenciar minha carreira profissional e pessoal de forma que eu não esquecerei.

Referências

FRAGA, J. M.; VARELA, A. M.; WWO, A. S. e RAUSCH, R. B. Conceitos e relações entre educação inclusiva e educação especial nas legislações educacionais do Brasil, Santa Catarina e Blumenau. **Revista Educação Especial**. São Paulo, v. 30, n. 57, p. 41-54, 2017.

Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva – MEC/SECADI, 2008. Disponível em <
chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgclefindmkaj/http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf >

BRASIL. **Lei nº 13.146**, de 6 de junho de 2015. Lei Brasileira de Inclusão. 2015. Disponível em <
chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgclefindmkaj/https://www.cnmp.mp.br/portal/images/lei_brasileira_inclusao_pessoa_deficiencia.pdf >

BRASIL, **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. 1996. Disponível em <
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>

Unicef Brasil. (2021, novembro 10). *Há, no mundo, quase 240 milhões de crianças com deficiência, revela análise mais abrangente já realizada pelo UNICEF*. Disponível em <
https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/ha-no-mundo-quase-240-milhoes-de-criancas-com-deficiencia-revela-analise-do-unicef >

Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva – MEC/SEESP, 2007. Disponível em <
chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgclefindmkaj/http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf >

BRASIL. **Lei nº 4.024/61**, de 20 de dezembro de 1961. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. 1961. Disponível em <
https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html >

MAZZOTTA, M. J. S. **Educação Especial no Brasil: história e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 1999. Disponível em <

chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgclefindmkaj/https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7205843/course/section/6368549/MAZZOTTA%20Cap%202.pdf >

LOPES, M. M. (2018). **Perfil e atuação dos profissionais de apoio à inclusão escolar**. Dissertação de Mestrado, Departamento de Psicologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, São Paulo, Brasil. Disponível em < chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgclefindmkaj/https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/9899/LOPES_Mariana_2018.pdf?sequence=4&isAllowed=y >

LOPES, M. M. e MENDES E.G. Profissionais de apoio à inclusão escolar: quem são e o que fazem esses novos atores no cenário educacional? **Revista Brasileira de Educação**. São Paulo, v.28, p.1-24, 2023. Disponível em < chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgclefindmkaj/https://www.scielo.br/j/rbedu/a/yqP8xC4sNCMRTRRqJXPBw8w/?format=pdf&lang=pt>

BENCZIK, E. B. P; LEAL, G. C. e CARDOSO, Tábata. A utilização do teste de atenção concentrada (AC) para a população infanto-juvenil: uma contribuição para a avaliação neuropsicológica. **Revista Psicopedagógica**. São Paulo, v. 33, n. 100, p. 37-49, jan./mar. 2016. Disponível em < https://www.revistapsicopedagogia.com.br/detalhes/16/a-utilizacao-do-teste-de-atencao-concentrada--ac--para-a-populacao-infanto-juvenil--uma-contribuicao-para-a-avaliacao-neuropsicologica>

SANTOS, K. B.; PEREIRA, L. L. e MACIEL, A. S. P. Educação Inclusiva: Os Desafios Da Atuação Do Profissional De Apoio Escolar. **Revista Educação Básica em Foco**. v. 2, n. 2, p. 1-5, abr./jun. 2021. Disponível em < chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgclefindmkaj/https://educacaobasicaemfoco.net.br/05/Artigos/4-REFLEX0ES-SOBRE-INCLUSAO/Educacao_inclusiva_os_desafios_da_atuacao_do_profissional_de_apoio_escolar_SAN TOS-K-B_PEREIRA-L-L_MACIEL-A-S-P.pdf >